



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

7874

Presidente da Mesa Diretora: Valcir Soares da Silva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Impostos, Multas e Taxas (aplicação e cancelamento)

Autoria: Executivo Municipal

Data: 01/12/2011

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2011. Concede anistia fiscal de multas e juros em créditos tributários municipais, pagos até 21/12/2011, e dá outras providências. (Referente à Lei Complementar nº 035/2011).

Controle Interno – Caixa: 13

Posição: 45

Número de folhas: 06

Espécie: PL
Categoria: Imposto
CX: 13
Ordem: 45
nº fls: 04



142/2011

06.12.2011

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2011.

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Concede Anistia Fiscal de Multas e Juros em Créditos Tributários
Municipais.

MOVIMENTO

Entrada em 01/12/2011

Comissão de Finanças Orçamento e Tomada de Contas.

- 1 -
- 2 - AMOVADO EM REGIME DE URGÊN
- 3 - CIA EM 06-12-2011.
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG
PROCURADORIA DA FAZENDA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 03 /2011.

Às Comissões
01/12/2011

CONCEDE ANISTIA FISCAL DE MULTAS
E JUROS EM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS
MUNICIPAIS.

A Câmara Municipal de Montes Claros aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte lei:

Art. 1º – Vedada a restituição de importâncias recolhidas a este título, ficam anistiados de multas e excluídos de juros os créditos tributários em favor do município, vencidos até o dia 15 de novembro do ano em curso, na fase de lançamento, lançados, apurados ou não apurados, inscritos na dívida ativa, ajuizados ou não ajuizados, cujo pagamento se efetivar até o dia 21 de dezembro de 2011.

§1º – Estão incluídos neste benefício os parcelamentos de crédito tributário já formalizados, em qualquer fase de pagamento, tomando por base este benefício o saldo remanescente e resguardando, para todos os fins de direito os valores liquidados.

§2º- Além dos benefícios previstos no *caput* deste artigo, para o pagamento da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos - TCR, o contribuinte ainda fruirá um desconto de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o valor de seu lançamento no exercício de 2011.

Art. 2º – Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data da sua publicação.


Montes Claros/MG, 29 de novembro de 2011.

Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAM
ENTO TOMA M CONTA
EM 01 DE DEZEMBRO DE 20 11

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 06 DE DEZEMBRO DE 20 11

PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG
PROCURADORIA DA FAZENDA MUNICIPAL

Montes Claros, em 29 de novembro de 2011.

Ao
Dr. Valcir Soares Silva
DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros/MG
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a subida honra de encaminhar a V. Exa, para que seja submetida à apreciação dessa egrégia Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei Complementar em que se propõe concessão de anistia fiscal de multas e extinção de juros em créditos tributários municipais, vencidos até o dia 15 de novembro do ano corrente. Também estão incluídos benefícios relacionados com a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos-TCR.

A Lei Complementar Municipal nº 34, de 14 de outubro de 2011, que trata desse assunto, teve vigência até o dia 11 de novembro do ano corrente.

Entretanto, devido à exiguidade do tempo em que acenou para o contribuinte, as vantagens aqui retratadas, por várias razões, não tiveram condições de serem quitadas pelos seus respectivos devedores.

Em tais circunstâncias, a atual administração resolve retornar com os mesmos benefícios até o dia 21 de dezembro do ano corrente.

Por oportuno, o retorno de tais benefícios, como a anistia e o desconto da TCR de que tratam este Projeto de Lei Complementar, conforme ocorrera anteriormente, não vão trazer impactos negativos orçamentários, eis que a anistia fiscal visa sempre o aumento de receita no exercício. Vale lembrar que os tributos aumentados no calendário fiscal 2011 estão acontecendo um bom comportamento de receita, devendo ultrapassar as previsões orçamentárias. Sem contar a fiscalização de rotina que tem obtido bons resultados com relação aos maiores contribuintes devedores do Município.

Ainda com relação ao aumento de receita do erário Municipal, há um destaque para a implantação da Nota Fiscal Eletrônica que deve trazer uma boa soma de receitas tributárias para o Município.

Devido à necessidade premente de votação da matéria aqui submetida à apreciação dessa egrégia Corte Legislativa, solicitamos que se lhe dê caráter de urgência urgentíssima na sua discussão e votação, nos termos previstos na legislação específica e Regimento Interno dessa Casa.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para manifestar meu costumeiro respeito e admiração a essa presidência e seus digníssimos pares.


Luiz Fadeu Leite
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 03/2011 QUE "CONCEDE ANISTIA FISCAL DE MULTAS E JUROS EM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS" de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei Complementar enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa, tendo em vista que compete ao Executivo a iniciativa de projetos versando sobre questões orçamentárias, inclusive parcelamento de débitos.


O mesmo se diga em relação ao seu objetivo, ou seja, não se vê nenhuma ilegalidade no referido projeto.

Quanto ao impacto orçamentário, foge à competência desta Assessoria a sua análise, por se tratar de questão meritória.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal e constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 01 de dezembro de 2011.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2011

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: “Concede Anistia Fiscal de Multas e Juros em Créditos Tributários Municipais.”

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão em 01/12/2011, com entrada na Sala das Comissões no dia 02/12/2011.

Compete à Comissão de Finanças e Orçamento, nos termos regimentais, emitir parecer sobre matéria a ela submetida.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo conceder Anistia Fiscal de multas e juros em créditos tributários municipais, vencidos até o dia 15 de novembro de 2011, na fase de lançamento, lançados, apurados ou não apurados, inscritos na dívida ativa, ajuizados ou não ajuizados, cujo pagamento integral se efetivar até o dia 21 de dezembro de 2011.

Nos termos da Mensagem do Executivo “... os benefícios com a anistia e desconto da TCR de que tratam este Projeto de Lei Complementar não vão trazer impactos negativos orçamentários, eis que a anistia fiscal visa sempre o aumento de receita no exercício. Vale lembrar que os tributos aumentados no calendário fiscal de 2011, estão dando um bom comportamento de receita, devendo ultrapassar as previsões orçamentárias. Sem contar a fiscalização de rotina que tem obtido bons resultados com relação aos maiores contribuintes devedores do Município.”

Nesse entendimento, compete, portanto, ao Executivo Municipal legislar sobre questões tributárias, pressupondo ação planejada e transparente da Administração, na implantação de uma gestão tributária que leve em consideração o poder econômico dos contribuintes.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão é favorável à apreciação do referido Projeto de Lei Complementar pelo Plenário.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 2011.

Presidente: Ver. José Marcos Martins de Freitas

Vice-Presidente: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto